

A DIMENSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA: O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA NO BRASIL¹

Email:
cawell2000@uol.com.br
ilse@terra.com.br

Carlos Wellington Soares Martins, Ilse Gomes Silva

Resumo

O projeto apresentado tem por objetivo os determinantes estruturais e conjunturais, bem como os princípios político-ideológicos que demarcaram a concepção da política de democratização do livro e da leitura, tendo como referência o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Busca-se desvendar a correlação de forças que influenciaram que a democratização do livro e da leitura fosse inserida na agenda governamental como política nacional, através do PNLL, lançado em 2006, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo principal o de assegurar e democratizar o acesso a leitura e ao livro a toda a sociedade brasileira. Com a delimitação da historicização, recortes epistemológicos, objetivos e questões norteadoras faz-se necessário a utilização de um método que permita um direcionamento para o alcance dos objetivos, nesta pesquisa a orientação teórica de análise é a marxista. Entende-se que o método para Marx não pode ser considerado um conjunto de regras formais aplicadas a um determinado objeto que fora recortado para uma determinada análise, nem tampouco um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe segundo sua vontade. Como processo metodológico do ponto de vista da forma de abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa qualitativa pelo fato de se acreditar que responde a questões particulares, de níveis de realidade que não podem ser quantificados. Por trabalhar com o universo dos significados, valores, crenças e por comporem a realidade social.

Palavras-chave: Política cultural. Livro. Leitura. Ideologia.

Abstract

The aim of this project is to determine the structural and conjunctural determinants, as well as the political-ideological principles that demarcated the conception of the policy of democratization of books and reading, with reference to the Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). It seeks to unveil the correlation of forces that influenced the democratization of the book and reading to be inserted in the government agenda as a national policy through PNLL, launched in 2006 under the government of then-President Luís Inácio Lula da Silva, with the main objective to ensure and democratize access to reading and the book to the whole Brazilian society. With the delimitation of historicization, epistemological cuts, objectives and guiding questions, it is necessary to use a method that allows a direction to reach the objectives, in this research the theoretical orientation of analysis is the Marxist. It is understood that the method for Marx can not be considered a set of formal rules applied to a particular object that was cut out for a particular analysis, nor a set of rules that the subject that researches chooses according to his will. As a methodological process from the point of view of the approach to the problem, it is a qualitative research because it is believed that it responds to particular questions of levels of reality that can not be quantified. By working with the universe of meanings, values, beliefs and by composing social reality.

Keywords: Cultural policy. Book. Reading. Ideology.

¹ Projeto de pesquisa apresentado e qualificado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão no nível de Doutorado.

O projeto apresentado tem por objeto os determinantes estruturais e conjunturais, bem como os princípios político-ideológicos que demarcaram a concepção da política de democratização do livro e da leitura, tendo como referência o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Busca-se desvendar a correlação de forças que influenciaram que a democratização do livro e da leitura fosse inserida na agenda governamental como política nacional, através do PNLL, lançado em 2006, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo principal o de assegurar e democratizar o acesso a leitura e ao livro a toda a sociedade brasileira.

Mas como democratizar a leitura, sabendo-se que sob a égide do capitalismo a própria democracia é posta em cheque? Norteada sobre a indagação apresentada temos como questão principal desta tese: Quais os determinantes estruturais e conjunturais que interferem na dimensão política e ideológica presente na concepção e configuração do PNLL? E como questões secundárias: Quais as relações estabelecidas entre Estado e Cultura na definição das diretrizes para a construção do PNLL? Qual a direção política ideológica que orienta os discursos dos sujeitos envolvidos com a proposta de elaboração de uma política nacional de leitura? Quais as perspectivas teóricas e metodológicas hegemônicas no PNLL?

É evidente que seguiremos a orientação em responder as questões supramencionadas durante todo o percurso de investigação tendo como principal postulado de que a política pública de democratização e acesso ao livro e leitura no Brasil, estabelecida oficialmente pelo Plano Nacional do Livro e Leitura, sofre influências de uma forte presença neoliberal, e, portanto, ideológica presente na relação entre Estado e políticas culturais. Para apreensão do objeto para além de sua aparência faz-se necessário a percepção do dito e não dito no PNLL, a partir de sua formulação enquanto política nacional de leitura desde o ano de seu lançamento (2006), bem como seu desdobramento e condução durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua reconfiguração após o impeachment.

Sob a orientação da teoria marxista, tendo como cenário a conjuntura social, política, cultural e econômica, destacamos na análise a predominância das categorias: Ideologia, Política cultural e Democratização do livro e leitura. O marxismo dá um passo a mais quando defende a ideia de que o conhecimento da realidade social é um instrumento político, e, por conseguinte ideológico, que pode orientar os grupos sociais na luta pela transformação da sociedade, para a filosofia marxiana é na prática que se deve mostrar a verdade da teoria.

Importante, se faz nesse momento, declarar que a motivação que nos direcionou ao aprofundamento do estudo sobre a questão da democratização da leitura no Brasil, através do PNLL, originou-se desde as vivências práticas enquanto militante nesta área continuadas em pesquisa desenvolvida no Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), além é claro, de considerarmos importante a análise e compreensão do assunto escolhido.

Segundo Castrillon (2011) a leitura é um direito histórico, cultural e político. A leitura é um instrumento de poder e de exclusão social, historicamente mantido por vários instrumentos ideológicos: igreja, governos aristocráticos, poderes políticos e atualmente interesses econômicos. Segundo a autora a maioria das políticas de alfabetização e incentivo à leitura desviam a atenção do verdadeiro problema: educação e possibilidades reais de acesso democrático à leitura e escrita:

O processo da elevação dos requisitos educacionais permite que se levantem dúvidas quanto ao possível efeito de a alfabetização fazer elevar salários, se válida a hipótese da sua função econômica básica de unificar a oferta de força de trabalho, aumentando, então o volume do exercito industrial de reserva.

A definição do analfabetismo como uma 'vergonha nacional' ou uma 'mancha' tem a função ideológica de desviar para a área educacional a discussão sobre as causas do atraso e do progresso, assim como das causas da pobreza (CUNHA, 1977, p.287-288).

A atenção dada à educação e ao acesso deve registrar mudanças significativas e não valorizar dados estatísticos para encobrir a realidade ao medir índices de leitura por meio de consumo de livros por indivíduo (CASTRILLON, 2011).

Erigido o livro na posição de receptáculo por excelência da cultura no desenvolvimento da civilização contemporânea, torna-se acessível a todos e passa a ser o ponto de partida de uma ação cultural renovadora. [...] Por conseguinte, tratando-se de uma vocação democrática, na medida em que esta afirmação traduz tanto uma ampliação da oferta de bens culturais quanto uma abertura de horizontes, a leitura – e o livro que lhe serve de suporte e motivação – será efetivamente propulsora de uma mudança na sociedade se for extraída dela a inclinação política que a torne vigente (ZILBERMAN, 1999, p. 44).

A difusão da leitura, e, por conseguinte a sua sociabilidade estimula o consumo de material impresso transmitindo valores e hábitos, muito deles convenientes aos ideais presentes em um determinado contexto político, porém ao mesmo tempo em que a burguesia teve responsabilidade nos primeiros modelos político democrático, a leitura assume papel vital nesse processo de democratização no momento em que contribui para dessacralizar tabus e estimular ir contra a ordem social imposta, contribuindo para um pensamento crítico desmistificando valores e na luta contra concepções conservadoras (ZILBERMAN, 2010).

Para estimular o processo citado, faz-se necessário espaço nas discussões e agenda governamental para que se elabore estratégias de acesso e incentivo à leitura através da criação e otimização de redes de bibliotecas. Abreu (2003) aconselha um acervo que atenda as necessidades e respeite a diversidade cultural existente no país. Essa postura pode ser fator decisivo na democratização do acesso à leitura e à informação.

A leitura não deve ser considerada como um capricho ou um simples adorno, mas sim entendida como um instrumento que favorece a transformação e a capacidade critica, portanto o surgimento de novos espaços para a leitura em países com tantas desigualdades sociais atuam como espaços, onde a sociedade civil se organize e tenha acesso à informação e, por conseguinte, a leitura (CASTRILLON, 2011).

Em primeiro de janeiro de 2003, com um discurso marcado por uma ideologia desenvolvimentista, também voltado à questão social, considerando aspectos de inclusão, melhor distribuição de renda e erradicação da fome, Luís Inácio Lula da Silva iniciou seu mandato. Esse novo governo gerou, por parte dos segmentos ligados a cultura, uma grande expectativa em relação aos planos e ações a serem desenvolvidos pelo Ministério da Cultura.

O Ministério da Cultura (MinC) sob a responsabilidade de Gilberto Gil começou um grande debate para promover mudanças na forma de atuação do MinC. Uma dessas iniciativas foi à consolidação do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), no ano de 2006, um plano bastante significativo para o acesso e democratização do livro e da leitura, em parceria do

Ministério da Cultura e o de Educação, tendo por finalidade estabelecer políticas públicas de leitura e livros, mediante articulações de diversos sujeitos sociais.

O PNLL apresenta diretrizes para uma política pública de livro e leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Para que esse Plano adquira a dimensão pensada, é importante que Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil articulem-se para que o plano não seja mais uma política assistemática, fragmentada e pulverizada. Para tanto, a organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação: **Eixo 1 - Democratização do acesso:** tem como subitem a implantação de novas bibliotecas – Implantação de novas bibliotecas municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braile, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à Internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.); **Eixo 2 - Fortalecimento da rede atual de bibliotecas:** Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos; **Eixo 3 - Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas:** com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado e **Eixo 4 - Conquista de novos espaços de leitura:** através da criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho. (BRASIL, 2007, p.40).

O Plano valoriza três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país (BRASIL, 2007, p.30):

Os fatores qualitativos são:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os fatores quantitativos são:

- d) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos; e
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

As políticas pensadas para o Livro, Leitura e Bibliotecas prosseguiram com caráter interministerial, mas com predominância das ações por conta do Ministério da Cultura. Como ações integradoras do Plano encontram-se os programas Livro Aberto, Pontos de Leitura, fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas (e, por conseguinte os estaduais), PROLER entre outras ações. As bibliotecas públicas brasileiras estão integradas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), apoiado pela Biblioteca Nacional (BN) que possui um órgão coordenador em cada estado que apóia os municípios na implantação de bibliotecas públicas e tem o objetivo de fortalecer as práticas leitoras por meio de ações específicas como a criação em cada estado de um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). O SNBP tem entre suas atribuições o acompanhamento do Programa Livro Aberto, cadastro de bibliotecas públicas, capacitação de pessoal de bibliotecas e assessoria técnica para as unidades que compõem o sistema (MACHADO, 2008; 2010).

No campo político, as razões para o incentivo à leitura, particularmente, recorrem freqüentemente a dados, sobretudo de origem econômica: a necessidade de mão de obra qualificada, ou a relação entre indicadores de desenvolvimento social e a taxa de escolarização da população. Seja qual for o argumento, a valorização da leitura requer a participação da sociedade.

A relevância do estudo apresenta-se nos mais diferentes âmbitos, e como a categoria cultura apresenta-se como um tema bastante complexo e polissêmico só reforça a necessidade de investigação de um processo que envolve sociedade civil e Estado no que diz respeito às políticas públicas de cultura, e nesse caso específico as que envolvem o segmento Livro, Leitura e Bibliotecas. Calabre (2009, p.10) afirma que “[...] no Brasil, os estudos na área de políticas culturais são muito recentes, produzidos de maneira dispersa, em diversas áreas do conhecimento [...] e ainda conta com um volume muito pequeno de publicações.”

Como contribuição para o debate acadêmico, as categorias de análise presentes nesse estudo: Estado, Cultura, Ideologia e Leitura representam a preocupação científica em investigar processos sociais que influenciam diretamente nas dinâmicas e formas de sociabilidade como a relação entre Estado e políticas públicas de cultura inserida no contexto neoliberal além da proposta de análise estar em consonância com a Área de Concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas: Políticas Públicas e Movimentos Sociais através da linha de pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas.

1.1 HIPÓTESES

Os questionamentos, que nortearão todo o percurso analítico do objeto, estão balizados sob algumas hipóteses a seguir:

- a) A origem da política nacional de leitura decorre da ação político-ideológica do Estado e do capital configurando-se como um projeto capitalista de ajuste e reposicionamento do Estado brasileiro decorrente da pressão dos países considerados desenvolvidos e atender a orientações de organismos internacionais com vistas a garantir a inserção do país na logica capitalista neoliberal
- b) O acesso a informação, e, por conseguinte a leitura, perpassa por uma logica que visa uma melhor qualificação de mão-de-obra atendendo a demanda do mercado e garantindo um maior contingente do exercito industrial de reserva preconizado por Marx, além de alçar a categoria “acesso a informação” a moeda de valor na atual conjuntura do capitalismo;

- c) As políticas públicas de incentivo à leitura no país são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciados em pesquisas, que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais decorrentes, entre outros fatores, pela falta de articulação entre governo federal, estados, municípios e com a sociedade civil o que dificulta a elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, por questões ideológicas, partidárias ou ineficiência no planejamento de ações;
- d) A política nacional de leitura apesar de ser resultado de um amplo debate a nível nacional é visível a contradição presente entre urbano e rural/ centro e periferia na delimitação de ações e programas, constituindo-se em uma política que não leva em consideração as especificidades de cada estado, suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política de caráter homogêneo que não respeita as características de cada região e acabando por tornarem políticas ineficazes no alcance de seus objetivos.

Estas hipóteses permitirão delimitar o caminho traçado para a pesquisa enquanto verificação entre a teoria e a empiria proposta nesse estudo.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

O Ministério da Cultura (MinC) sob a responsabilidade de Gilberto Gil começou um grande debate para promover mudanças na forma de atuação do MinC com atenção para setores antes relegado a segundo plano como era as políticas direcionadas ao livro, leitura e bibliotecas. O principal estudo, a nível nacional, sobre o comportamento leitor é a pesquisa “Retratos da Leitura” realizada pelo Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência. Quando são analisados os dados desse estudo, deparamo-nos com informações vitais que possibilitam a formulação de hipóteses e possíveis conclusões sobre a realidade cultural do país (PAIM, 2011; WOLF, 2011).

No ano de 2006, foi elaborado um plano bastante significativo para o acesso e democratização da leitura, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em parceria do Ministério da Cultura e Educação, tendo por finalidade estabelecer políticas públicas de leitura e livros, mediante articulação de diversos atores sociais. O PNLL, política implementada no Governo Lula, apresenta diretrizes para uma política pública de livro e leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Acredita-se que esses são elementos essenciais para um desenvolvimento social e para que os indivíduos exerçam seus direitos sociais.

O PNLL nasceu da soma de esforços dos ministérios da Cultura e da Educação, para equacionar o baixo índice da prática leitora e o seu consequente entrave ao desenvolvimento no País, posto o entendimento de que, na contemporaneidade, a principal ferramenta para a transformação sociocultural é a informação (MORAES JUNIOR, 2010, p. 188).

Assim, para que esse Plano adquira a dimensão pensada, é importante que Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil, unam forças, direitos e deveres para assim não seja mais uma política assistemática, fragmentada e pulverizada que acontece neste país, desde o início do Século XIX (BRASIL, 2007).

Para tanto, a organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação, como informa a cartilha criada pelo Ministério da Educação e o

Ministério da Cultura, a saber, o eixo norteador para a área de biblioteca públicas e outros espaços de leitura. Algumas das ações efetivadas pelo plano, como o PNBE, Livro Aberto, Pontos de Leitura e o “Arca das Letras” possuem semelhanças em suas estratégias de ação, basicamente tem caráter distributivo voltado a distribuição de livros para compor um acervo, capacitação de pessoal e gestão compartilhada entre sociedade civil e representantes do poder público.

Uma das propostas do plano e defendidas no discurso do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato, era a de “zerar” o número de município sem bibliotecas (ALMEIDA; BASTOS; ROMÃO, 2008). No Plano Plurianual de Ações (PPA) da área cultural com vigência de 2012 a 2015 o PNLL se enquadra no programa de Cultura, preservação, promoção e acesso (IPEA, 2012).

Percebe-se que as ações governamentais que têm no segmento Livro, Leitura e Bibliotecas o eixo de suas intervenções, ainda trabalham no sentido de distribuição em detrimento de uma política que leve em consideração a diversidade cultural existente no país, haja vista que números são inexpressivos para a obtenção de resultados positivos na questão de acesso à informação, letramento, leitura caso essas ações não estiverem alicerçadas sobre uma sólida política cultural.

3 OBJETIVOS

São objetivos deste projeto

3.1 GERAL

Analisar os determinantes estruturais e conjunturais que definem os aspectos políticos-ideológicos presentes na concepção e elaboração da política pública nacional de leitura através do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

3.2 ESPECÍFICOS

- a) Analisar a relação entre Estado e Cultura identificando qual concepção, ou concepções, norteiam as políticas públicas adotada pelo Ministério da Cultura que direcionaram a construção do PNLL;
- b) Analisar como o processo de acesso ao livro e leitura se insere na correlação de forças no capitalismo neoliberal;
- c) Identificar as bases teórico-metodológicas, conceituais e legais que balizaram a elaboração do PNLL.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA

Com a delimitação da historicização, recortes epistemológicos, objetivos e questões norteadoras faz-se necessário a utilização de um método que permita um direcionamento para o alcance dos objetivos da pesquisa. Para tanto, pretende-se realizar leituras acerca das categorias

de análise definidas para o estudo: Estado, Cultura, Ideologia e Leitura. De posse do referencial teórico e área de estudo definida pretende-se estabelecer uma seqüência para os procedimentos operativos.

As estratégias básicas para compreensão e discussão da temática se dão com a leitura de autores que discutem Estado, Cultura, Ideologia e Leitura através de uma extensa pesquisa bibliográfica, que não é uma “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem chegando a conclusões inovadoras [...]” (MARCONI, 2007, p. 71).

Como processo operativo pretende-se iniciar com uma pesquisa documental, com consultas ao site do Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC), Fundação Biblioteca Nacional, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, haja vista o PNLL ter a sua consolidação como política de Estado através de algumas iniciativas como: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), Fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura, Projeto Fome do Livro, Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, Vivaleitura e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) onde de posse de documentos como relatórios, atas, indicadores, manuais, guias poderão ser realizadas comparações entre o que consta nos documentos com a realidade apresentada, seguido por uma pesquisa bibliográfica, através de consultas e análises críticas da literatura referente ao objeto pesquisado.

Para a consolidação da política foram realizados entre junho de 2004 e dezembro de 2005 encontros preparatórios nas macro-regiões do Brasil: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará com amplo debate sobre a matéria gerando indicadores que nortearam a elaboração do plano. Além dos encontros presenciais foram realizadas cinco videoconferências regionais e uma com abrangência nacional. Dessa forma foram contabilizados 97 encontros nas formas de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redonda com profissionais da área e a sociedade em geral (PNLL, 2007).

Vários indicadores foram utilizados para fomentar, diagnosticar e balizar a elaboração do PNLL como o Mapa do Alfabetismo no Brasil (2003), Indicador Nacional de Alfabetismo Nacional (INAF/2001 e 2005), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB / 2001 e 2003), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA / 2000) e a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2001. Outro material de vital importância são as legislações que tratam diretamente da matéria como a Lei nº 10.753 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, e o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011 que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura.

Na proposta de análise, é vital que se ouça os sujeitos sociais envolvidos no processo na elaboração da política, principalmente na gestão dos ministros da cultura Juca Ferreira que iniciou a discussão e Gilberto Gil que consolidou a política. Através da coordenação dos ministérios da Cultura e Educação foi realizado um amplo debate com a sociedade e setores relacionados diretamente a matéria desde representantes da cadeia produtiva: editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

A intenção é manter uma interlocução com estes sujeitos como forma de apreender as principais demandas dos segmentos que foram levadas em consideração na elaboração da

política. Como instrumento de coleta de dados, pretende-se utilizar entrevista semi-estruturada que segundo Triviños (2010, p.145-146, grifo do autor) é um importante meio de coleta de dados. Dessa forma, os sujeitos serão submetidos a várias entrevistas, com a intenção não só de obter o máximo de informações, mas para que se possam conseguir variações nas respostas em diferentes momentos. Utilizar-se-á, para isso, um gravador, câmera digital e caderno de notas nas entrevistas como registro para utilização no material final de análise do estudo.

Entende-se que o método para Marx não pode ser considerado um conjunto de regras formais aplicadas a um determinado objeto que fora recortado para uma determinada análise, nem tampouco um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe segundo sua vontade. Para ele implica, na verdade, em uma determinada posição ou perspectiva do sujeito que pesquisa, situação esta que favorecerá ao pesquisador extrair, em sua relação com o objeto, suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

A busca pela essência dos fenômenos pressupõe situá-los na realidade social com enfoque na totalidade. O fenômeno social pode ser compreendido como um fato histórico, no entanto, não se tem a intenção de conhecer todos os aspectos da realidade, pois os fatos expressam um conhecimento da realidade na infinidade dos seus aspectos e propriedades. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). O método materialismo histórico-dialético considera a historicidade dos processos sociais, condições socioeconômicas e as contradições sociais como teoria sociológica vital para a compreensão da realidade.

De posse do material coletado, se dará o tratamento necessário, iniciando pela transcrição das entrevistas, seguida pela análise dos dados em consonância com os objetivos delimitados para a pesquisa como forma de permitir uma análise entre o que estava nas questões norteadoras estabelecidas, com o resultado apresentado.

Como processo metodológico do ponto de vista da forma de abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa qualitativa pelo fato de se acreditar que responde a questões particulares, de níveis de realidade que não podem ser quantificados. Por trabalhar com o universo dos significados, valores, crenças e por comporem a realidade social, a pesquisa qualitativa é a mais indicada por propiciar uma compreensão sobre a ação do homem enquanto ser reflexivo e com capacidade de interferir em sua realidade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010).

Marx (1968) coloca o sujeito no papel de protagonista na pesquisa, com a tarefa de não apreender a aparência, mas sim a essência, sua estrutura e sua dinâmica, o sujeito tem que se apoderar da matéria em todos os seus pormenores, possibilitando a análise das mais diversas formas de desenvolvimento e com capacidade de perceber as conexões existentes entre elas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003.

ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de. “Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca”: análise do discurso do Presidente Lula. *Encontros Bibli, Santa Catarina, Revista Eletrônica de. Biblioteconomia*. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712794017>>. Acesso em: 12 maio 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2007.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Série Sociedade e Cultura).

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID->

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 2012**. Disponível em:

<<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. v. 20. Brasília, DF: IPEA, 2012.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Ciência da Informação**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.94-111, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. Políticas culturais do livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult)

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Daniela PiergiliWeiers de. **Políticas públicas de fomento a leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2011.

PAIM, Amanda Batista. Caminhando sobre dados. In: SILVA, EzequielTheodoro (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil: olhares e reflexões**. São Paulo: UNICAMP, 2011.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 20 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Literatura em Foco).

ZILBERMAN, Regina. Sociedade e democratização da leitura. In: BARZOTTO, ValdirHeitor (Org.). **Estado de leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.